

*Deletar arquivos,
apagar o passado: 'ars
oblivionalis', entre a
necessidade e a
resistência*



DELETAR ARQUIVOS, APAGAR O PASSADO: ARS OBLIVIONALIS, ENTRE A NECESSIDADE E A RESISTÊNCIA

RESUMO

O trabalho parte do estudo da relação entre arquivamento e apagamento, procurando desdobrar a dialética entre guardar e esconder, arquivar e apagar. Ele mostra como no campo da memória tudo é político. Lembrando da relação entre a arte da memória (a mnemotécnica clássica) e o princípio do arquivo, o estudo propõe também um rápido levantamento das “técnicas de esquecimento” e de apagamento do passado. Se para autores como Umberto Eco é impossível se falar em uma “técnica de esquecimento” (*ars oblivionalis*) propriamente dita, por outro lado mostra-se que não é menos verdade que o Estado e os detentores da “chave” dos arquivos sempre tentam selecionar o que pode ser armazenado e apagar ou esconder o que não lhes interessa. Se a anistia (o esquecimento decretado) pode auxiliar em um pacto social após ditaduras e excessos da parte do poder, ela também serve para manter as feridas abertas do passado. Partindo do modelo psicanalítico da memória como inscrição de traços apresentamos a arte de ler traços do passado inscritos no presente como um momento necessário da cultura apesar da resistência a esta leitura.

PALAVRAS-CHAVE

Memória e esquecimento. Políticas da memória e arquivamento. Hipomnésia. Hipermnésia.

Márcio Seligmann-Silva¹

DELETAR ARQUIVOS, APAGAR O
PASSADO: *ARS OBLIVIONALIS*,
ENTRE A NECESSIDADE E A
RESISTÊNCIA²

O TEOLÓGICO-POLÍTICO E O ESTÉTICO-POLÍTICO

Nossa era de terrorismos e fundamentalismos, baseada em um pensamento cada vez mais (novamente, sempre...) religioso, faz com que nos perguntemos se o famoso constructo de Carl Schmitt, o teológico-político, não teria triunfado na nossa cultura política. Ou seja, a derrota do nazi-fascismo foi aparente quando levamos em conta esta continuidade dos padrões teológico-políticos de nossa era. Mas não se trata apenas de um triunfo da “infame”, para lembrarmos da expressão carinhosa que Voltaire reservou à Igreja. Também notamos hoje uma continuidade da matriz estético-política. Walter Benjamin, como é bem conhecido, fechou seu texto sobre a obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica diagnosticando o nazismo como uma *estetização da política*. Esta interpenetração do estético e do

¹ Márcio Seligmann-Silva é professor livre-docente de Teoria Literária no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do CNPq.

² Segundo estes autores, a sociedade que quer esconder sua origem no medo e na *mimesis* enreda-se cada vez mais em uma *mimesis* patológica do que provoca o pavor. O corpo rígido da sociedade dominado pelo pavor diante de sua origem quer preservar-se pela uniformização — e imitação de si mesma: *O sentido das fórmulas fascistas, da disciplina ritual, dos uniformes e de todo o aparato pretensamente irracional é possibilitar o comportamento mimético*. Cf. ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985. p. 172. Tudo o que escapa à uniformização deve ser destruído. A rebelião da natureza reprimida leva a mais repressão. Os judeus são acusados de sacrifícios sanguinários: eles mesmos devem então ser sacrificados de modo sanguinário. O anti-semita identifica-se com aquilo que projeta no judeu: do envenenamento do povo à conspiração internacional para dominar o mundo. Ele transforma o mundo no inferno que ele aí antes projetou para justificar sua fúria.

político é, na verdade, bem mais profunda do que Benjamin imaginou. Existe uma profunda relação entre a história da arte e de sua reflexão e, por outro lado, a história do pensamento e das práticas políticas. O nazismo teria sido apenas o auge desta longa história. O campo das artes sempre serviu como dispositivo de reflexão e aprimoramento de dispositivos de identificação. As artes atuam no campo das formas, das proto-formas, poderíamos escrever platonicamente. Nelas moldes identitários sempre foram e continuam a ser produzidos. Se o homem atua no mundo a partir de sua constante leitura e interpretação do mesmo, este processo de leitura é guiado por uma gramática das formas que é em grande parte gerada pelas artes. Elas produzem a ontotipologia, os tipos que estão na base de nossos julgamentos não apenas estéticos, já que esta mesma ontotipologia impregna nossos juízos éticos e políticos também. Na nossa era do politicamente correto isto está mais claro do que nunca. A atual racialização do político é apenas mais um triunfo desta força ontotipológica. O fato dela se dar muitas vezes em meio a boas intenções (a justificada defesa das minorias subalternas) pouco importa: a ontotipologia, o estabelecimento de tipos e formas pensados como identidades autônomas e fechadas, é o suficiente para se instaurar um modo de pensar fascista, ou seja, uma modo de pensar antes de mais nada inimigo do “outro”, incapaz de perceber a identidade como jogo de diferenciação, como falta e não como condição ôntica e fechada do ser.

É verdade, por outro lado, que nem toda arte serve de modo subserviente a esta máquina de formas e de tipos. Muitas obras justamente trabalham no sentido de desconstruir este jogo ontotipológico. Elas tentam sabotar nossos hábitos de julgar e de repetir identificações de modo mecânico. Assim podemos ler as obras de artistas, filósofos e escritores como Baudelaire, Duchamp, Kafka, Benjamin, Francis Bacon, Derrida ou Beckett. Neles vislumbramos o Eu como jogo de máscaras, como impossibilidade de identidade. Por outro lado, como justamente nossa época tem este veio fundamentalista, expressões estéticas facilmente estão na origem de novas querelas estético-políticas. Este foi o caso recente, em 2006, das publicações de caricaturas de Maomé (apresentado como terrorista) do diário dinamarquês *Jyllands-Posten* (e que foram republicadas em outros diários, como o *France-Soir*, o *La Stampa* italiano, o alemão *Die Welt* e o espanhol *El Periodico*). Não por acaso esta querela surgiu justamente da caricatura, a arte de desfigurar comicamente, ironicamente e de modo crítico, as faces,

a base da nossa percepção das identidades. A ontotipologia tem o nosso rosto como a sua pedra de toque. O *political statement* da caricatura do *Jyllands-Posten* estava claro. A questão é que na nossa era do politicamente correto, publicar caricaturas como esta significa uma declaração de guerra. Nas democracias os políticos podiam ser caricaturados, mas na nossa guerra ontotipológica, uma caricatura destas tem o valor de um míssil. Como tendemos a pensar o político a partir de identidades étnicas e de preceitos religiosos, não existe espaço para a ironia, muito menos para a caricatura. O humor fica banido e no lugar dele vemos surgir novas modalidades do *Index Librorum Prohibitorum*.

Todos somos também mais e mais obrigados a confessar nossas raças, ideologias e religiões se não em tribunais, ao menos em formulários oficiais. As políticas são feitas em torno destas etiquetas. A biopolítica leva de roldão categorias e práticas da política — elas também problemáticas, mas ao menos não tão fascistas quanto estas do biopolítico. Corresponde a uma sociedade que pensa por categorias estanques, o culto de imagens e espaços simbólicos que representem a unidade da comunidade política. Se na era moderna as nações erigiam e comemoravam a pátria em torno de grandes monumentos, agora as sociedades articulam suas memórias em arquivos que são utilizados como argumentos nesta guerra de identidades. Ao invés de opormos de modo crítico ao registro positivista da historiografia novas práticas, mais abertas, em diálogo com a memória, que permitem incorporar a história oral, as imagens, a relação da memória com seus locais, estas novas modalidades de memória estão sendo canalizadas para discursos ainda mais rígidos e cegos à outridade, do que o patriotismo que sustentava a historiografia até há pouco. Os monumentos e todo uma *imagerie* da comunidade política são utilizados na criação de uma nova concepção do próprio, seja este pensado como etnia, raça, nação ou pátria. Os dispositivos de memória ajudam a desenhar a face do próprio. Devemos entender neste sentido o papel das obras de arte, como auxiliares deste *design* do rosto da comunidade. Um exemplo destas querelas da identidade/memória aconteceu este ano na Estônia em torno do monumento aos soldados russos da Segunda Guerra (Soldado de Bronze) em Tallinn. Este monumento foi retirado do seu local de destaque. Na ocasião Mikhail Kaminin, porta-voz da diplomacia russa, declarou: *O Monumento ao Combatente Libertador foi desmontado em vésperas de uma festa sagrada: o Dia da Vitória [sobre a Alemanha nazista em 1945]. E isso só se pode classificar de sacrilégio e desumano.*

O sagrado e o político estão lado a lado: uma obra de arte monumental, que representa também um marco da dominação soviética, é lida como um documento religioso e índice de humanidade. Nossos conflitos políticos tornam-se de modo explícito querelas em torno da memória. Territórios e populações, para afirmar sua identidade, cultuam mais e mais imagens que lhes garantem uma força de identificação mimética. Trata-se de um modo arcaico e violento de identificação, que Adorno e Horkheimer descreveram como estando na base do processo de hominização e que teria como origem o *medo* do outro.² Nosso desafio é aprender a lidar com a nossa cultura da memória sem reproduzir esta tendência à *mimesis* mecânica que responde à necessidade primitiva de proteção e autoconservação. Como escreveu Vilém Flusser, devemos aprender a viver novamente no nomadismo, na *Heimatlosigkeit* (a apatricidade), por mais duro que possa ser este aprendizado.³

ARQUIVOS

Falar hoje de arquivos, de colecionismo, de listagens e de musealização tornou-se quase uma obsessão. Faz parte de nossos atuais rituais acadêmicos recordar esta nossa cultura da memória. É imperativo hoje descrever e tentar entender esta nossa nova paisagem arquivada. É como se de repente todos nós tivéssemos ficado conscientes de que *cultura é memória*: uma asserção que já era verdade para pensadores como Aby Warburg, Walter Benjamin, Maurice Halbwachs, Freud, entre tantos outros. Mas é claro que falar que cultura é memória não é o mesmo que falar que cultura é arquivo, ou ainda, que cultura é musealização. Estes termos devem ser bem pesados e avaliados dentro de cada época e autor que os emprega. Podemos pensar também que esta “virada memorialista” não é de agora e pode ser retraçada como mais uma etapa em uma antiqüíssima reflexão sobre a escritura e a nossa relação com os dispositivos de inscrição. Da cultura egípcia, de

³ FLUSSER, V. *Bodenlos*: uma autobiografia filosófica. São Paulo: Annablume, 2007. Tradução de: *Bodenlos*: Eine Philosophische Autobiographie. Düsseldorf: Bensheim: Bollmann, 1992.

Platão e Aristóteles até Foucault e Derrida, acompanhamos uma longa história de reflexão sobre a memória, o arquivo e a escritura. Muito já se publicou sobre este tema nas últimas décadas. Nesta história, por outro lado, é verdade que vivemos um capítulo ímpar, marcado pelas profundas *mudanças tecnológicas* e pela paralela *revolução em nossa visão do homem e da cultura*.

A nossa atual “virada memorialista” é sem dúvida um dos momentos de maior destaque dentro de um outro movimento que convencionamos chamar de “virada culturalista”. O culturalismo representa a um só tempo o esgotamento e a tentativa de superação dos grandes modelos explicativos, teleológicos e ainda comprometidos com o Iluminismo do século XVIII. O modelo iluminista foi profundamente abalado não apenas pelas experiências históricas das guerras e pela “banalização” dos genocídios, mas também pelas inovações trazidas com a psicanálise e com as vanguardas, e também, e acima de tudo na última década, pela entronização do saber biológico. As chamadas ciências humanas, que lutaram durante os séculos XIX e XX para se verem independentes do modelo de saber científicos das ditas ciências exatas e naturais, se vêem agora novamente não apenas conectadas, mas outra vez submetidas àquele modelo de saber. Não se trata apenas de um neopositivismo (que também existe), mas, antes de mais nada, de uma indefinição acerca do campo daquilo que se considerava o pensamento sobre as produções culturais, calcado na interpretação, no processo de entendimento, em oposição ao modelo nomotético das demais ciências, voltado para as leis da natureza. O saber biológico e a atual revolução das neurociências apresentam um potente modelo de cultura, como um complexo sistema de hereditariedade, e do homem, como um sofisticado sistema de inscrições mnemônicas. Nosso corpo foi revelado como um arquivo. Mas não se trata mais da tripartição aristotélica da nossa alma em memória, fantasia e logos, nem da tripartição freudiana em id, ego, superego. *Nosso corpo foi desvelado agora como um arquivo em suas bases materiais e não apenas como metáfora arquivada*. Com a quebra do genoma e dos procedimentos de inscrição neuronal de nossos diferentes níveis de memória, a ciência entrou em um campo que as humanidades dominavam com uma soberania que, agora vemos, era muito precária. Paralelo a estas descobertas ocorre também a passagem para a era digital, a criação do universo da Internet, que apenas aos poucos compreendemos seu impacto. Esta “nova América” também abala nossa visão de mundo: a revolução midiática, a superação dos

suportes tradicionais de inscrição, apresenta o mundo, a história e o conjunto de todo saber como uma *citation à l'ordre du jour*.⁴ Nossa cultura letrada se transforma em cultura eletrônica-digital. As fronteiras entre o eu-arquivo e o mundo-arquivo aberto pela era da computação abalam a identidade do humano.

É neste contexto que gostaria de apresentar aqui algumas idéias sobre a questão da memória e do arquivamento em um mundo afundado na *hipermnésia* do universo da *web*. Já tive a oportunidade de tratar em outros textos da relação entre a tradicional mnemotécnica (a “arte da memória”) da Antiguidade com nosso atual panorama das artes⁵, que mais do que nunca se entendem como uma espécie de arte da memória. Aqui enfocarei apenas alguns aspectos com relação às dificuldades da rememoração e do arquivamento. Gostaria de destacar a *amnésia* e a *hipomnésia*, como faces não menos importantes da nossa *hipermnésia*. Como lemos em um dos mais influentes textos dos últimos tempos sobre esta questão, o *Mal de Arquivo*, escrito por Derrida: *Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento*.⁶ Este esquecimento pode ter muitas faces: o apagamento, a tentativa de borrar da história, uma amnésia provocada por catástrofes naturais, ou ainda um esquecimento decretado que, no fundo, como veremos, é uma contradição nos seus próprios termos.

⁴ Esta expressão foi utilizada por Benjamin na terceira das suas “teses” sobre o conceito da história. Lá ele afirma que apenas para a humanidade redimida o passado se tornaria inteiramente citável, sendo que cada momento seria então uma espécie de *citation à l'ordre du jour*. O cronista já prefiguraria este gesto. Esta expressão militar significa a menção a alguma pessoa ou ato na ordem do dia. Mas em Benjamin devemos lembrar que citar pode tanto significar, como termo técnico jurídico, a intimação a comparecer diante de uma autoridade, como também a citação de um texto. Daí ele dizer que este “dia” da expressão ser o dia do juízo final: nele toda história seria redimida, julgada e citada, apropriada.

⁵ SELIGMANN-SILVA, M. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. *Remate de Males*, Campinas, n. 26, Literatura como uma arte da memória, p. 31-45, jan./jun. 2006.

⁶ DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução C. de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 32.

Nossa cultura arquivada e da memória é uma cultura onde grandes conflitos e guerras se articulam em torno da chave de arquivos e de certas interpretações da nossa memória cultural. Podemos ler nas guerras fundamentalistas, tentativas de deletar da memória da humanidade as informações culturais e genéticas contidas nos grupos que são tentativamente dizimados. Tanto os genocídios, como as guerras políticas e as ditaduras, que marcaram o continente sul-americano na década de 1970, levam a graves conflitos em torno dos arquivos do terror. Em 2006, para citar um exemplo bem atual, foi anunciado que o arquivo de Bad Arolsen, na Alemanha, contendo mais de 25 quilômetros de estantes com dados sobre as vítimas da Segunda Guerra Mundial, finalmente seria aberto aos pesquisadores. Ou seja, apenas depois de mais de 60 anos de controle que os historiadores puderam (não sem conflitos) ter acesso a estas fontes documentais primárias. No Brasil, apenas recentemente o governo federal abriu os arquivos da ditadura, mas esta abertura ainda é limitada e não é o suficiente para resolver o paradeiro dos desaparecidos pela ditadura de 1964-1985. Segundo Fábio Konder Comparato, é inconstitucional a lei que estabelece o sigilo, ele prega a necessidade de ações individuais para o acesso a documentos tendo em vista um maior acesso deles ao público.⁷

Como a grande pesquisadora da memória Aleida Assmann destacou, o arquivo é ao mesmo tempo uma espécie de memória recente da burocracia e um testemunho do passado. Se no termo *Arkhe*, como enfatizou Derrida, encontramos simultaneamente a noção de origem como de comando⁸, é porque no arquivo se encontra aquilo que legitima o poder: tanto positiva quanto negativamente. O poder depende de seus arquivos. Ele necessita, portanto, de dominar e controlar as informações aí contidas. Todo sistema de arquivo implica três movimentos básicos: a seleção, a conservação (em mais de um sentido deste termo) e o acesso às suas informações.⁹ Calcula-se que apenas 1%

⁷ <http://ctv.incubadora.fapesp.br/portal/V.artigos/arquivos>. Acesso em: 1 jun. 2006.

⁸ DERRIDA, 2001, p. 11.

⁹ ASSMANN, A. *Erinnerungsräume: Formen und Wandlungen des Kulturellen Gedächtnisses*. München: C. H. Beck, 1999. p. 344.

dos documentos produzidos serão conservados. Mas com o tamanho virtualmente infinito do espaço da *web* decerto em breve esta percentagem deve se alterar. Cada grande momento de corte histórico, nas revoluções francesa, russa, cubana e todas demais, assim como no início e no fim dos regimes ditatoriais e na restauração da democracia, ocorrem grandes *revisionismos* nos arquivos. Os documentos que legitimavam o poder anterior são liberados e outros tornam-se secretos. Trata-se da mesma dialética que Benjamin em 1921 notou imperar na dinâmica entre o poder instituidor e o mantenedor do direito¹⁰, transferida para a questão dos arquivos. Assim como um (grupo de) poder substitui o outro, do mesmo modo com esta substituição ocorre uma revisão nos critérios de seleção daquilo que deve ser apagado, daquilo que deve ser posto no arquivo fechado e daquilo que deve ser liberado. Certas catástrofes históricas permanecem enterradas e caladas por décadas ou séculos. Este é o caso do genocídio dos armênios, ocorrido na Primeira Guerra Mundial na Turquia, que resultou no assassinato de cerca de um milhão e meio de pessoas, que, por causa da continuidade da perseguição dos armênios até hoje naquele país, não é reconhecido nem internamente nem internacionalmente e também é pouco pesquisado. Ainda em 2005 um congresso sobre este genocídio, que deveria ocorrer na Universidade de Bogazici, foi impedido de ocorrer pelo governo turco.¹¹

As tentativas de apagamento de arquivos, da parte de regimes autoritários e totalitários, são o contraponto de um movimento apenas aparentemente paradoxal de registro, documentação e armanejamento da barbárie. Existe uma burocracia da morte que se transforma em arquivo. Em certos casos, esta auto-documentação da barbárie atingiu na história um grau de detalhamento que desafia a psicologia social. Pois se poderíamos argumentar que do ponto de vista do fundamentalista, o assassinato do outro grupo é recomendável e justificável, por outro lado é sabido que em qualquer cena genocidária paira o espectro da vingança. A idéia mesma de limpeza étnica, de

¹⁰ SELIGMANN-SILVA, M. Walter Benjamin: o estado de exceção entre o político e o estético. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 29, Escritas da violência, p. 205-230, jan./jun. 2007.

¹¹ *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 set. 2005. Caderno A, p. 27.

eliminação total do outro, visa eliminar esta possibilidade de vingança. Daí parecer paradoxal, por exemplo, a existência de dois laboratórios de fotografia dentro de Auschwitz e de outros laboratórios como em Buchenwald, Sachsenhausen e Mauthausen (que foram destruídos antes da libertação destes campos, mas de Auschwitz sobreviveram cerca de 39.000 retratos de identificação dos prisioneiros. No campo de Auschwitz-Birkenau ser fotografado significava escapar da câmara de gás, ao menos nos primeiros dias.¹²

Além disso, devemos pensar nas transformações dos critérios de seleção, para além daqueles que ocorrem devido à mudança nas esferas do poder e que são, antes, determinadas por novos modelos historiográficos e memorialísticos. A virada culturalista a que me referia acima levou a uma verdadeira mudança de paradigma neste ponto. Hoje em dia, mais e mais vale a máxima de Walter Benjamin, segundo a qual *es ist niemals ein Dokument der Kultur, ohne zugleich ein solches der Barbarei zu sein*.¹³ É interessante ler a tradução do próprio Benjamin dessa famosa passagem das suas teses *Sobre o Conceito da História: Tout cela [l'héritage culturel] ne témoigne [pas] de la culture sans témoigner, en même temps, de la barbarie*.¹⁴ A cultura é a partir de meados do século XX toda ela como que transformada em um documento e, mais ainda, ela passa a ser lida como testemunho da barbárie. Esta noção é essencial, porque com Benjamin vemos não apenas uma tremenda expansão nos critérios de seleção, como também a afirmação radical de um modo de interpretar esses documentos. Quando se fala de arquivo, não se pode esquecer que a toda inscrição deve-se associar um modo de leitura e de interpretação, de outra forma teríamos um arquivo literalmente morto. *O elemento político domina todos os momentos do trabalho no arquivo*, da seleção, passando pela conservação e pelo acesso, chegando à leitura dos documentos. A história para Benjamin, como é conhecido, é aproximada do modelo do colecionador e do *Lumpensamler*, o

¹² CHÉROUX, C. (Org.). *Mémoire des camps: photographies des camps de concentration et d'extermination nazis: 1933-1999*. Paris: Marval, 2001. p. 54.

¹³ *Nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo um [documento] da barbárie*. Cf. BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Edição Rolf Tiedemann e Herman Schweppenhäuser. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974. v. 1, Abhandlungen, p. 696.

¹⁴ *Ibid.*, p. 1.263.

catador de papéis. O historiador deve acumular os documentos que são como que apresentados diante do tribunal da história. Em Benjamin a cultura como arquivo e memória, devido ao viés crítico e revolucionário de seu modo de leitura, não deixa a sociedade e sua história se cristalizarem em museus e parques temáticos. É o viés conservador da cultura como mercadoria que o faz, ao qual Benjamin opõe sua visada da cultura como documento e testemunho da barbárie. Seu projeto de historiografia calcado no colecionismo (que tem por princípio o *arrancar de seus objetos do falso contexto* para inseri-los dentro de uma *nova ordem comandada pelos interesses de cada presente*) e, por outro lado, inspirado no trabalho do catador (que se volta para o *esquecido* e considerado *inútil*) pode ser lido sobretudo no seu trabalho inconcluso sobre as passagens de Paris.¹⁵

Este trabalho, por sua vez, deve ser posto ao lado do projeto de Aby Warburg, o atlas cultural *Menmosyne*, que ocupara os últimos anos da vida do famoso colecionador de livros e historiador da arte, de 1923 a 1929.¹⁶ Nele, Warburg construiu painéis com reproduções de imagens pertencentes a diversas épocas culturais. Partindo do princípio da analogia, ele construiu constelações culturais que explodem os percursos de interpretações tradicionais da história da arte de então, vincadas por questões de estilo ou formais. Nestes dois projetos, o de Benjamin e Warburg, por sua vez, podemos identificar procedimentos que reaparecem na arte da memória da segunda metade do século XX, das acumulações de César, aos trabalhos de Christian Boltansky, Raffael Rheinsberg e de Marina Abramovic, entre tantos outros.¹⁷

¹⁵ BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Edição Rolf Tiedemann e Herman Schweppenhäuser. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982. v. 5, *Das Passagen-Werk*, passim.

¹⁶ WARNKE, M. (Ed.). *Aby Warburg: Der Bilderatlas Mnemosyne*. Berlin: Akademie Verlag, 2003. *Gesammelte Schriften*, segunda seção, vol 2.

¹⁷ Cf. WEIGEL, S. *Die Kunst des Gedächtnisses: das Gedächtnis der Kunst: Zwischen Archiv und Bilderatlas: zwischen Alphabetisierung und Spur*. In: FLACH, S.; MÜNZ-KOENEN, I.; STREISAND, M. (Org.). *Der Bilderatlas im Wechsel der Künste und Medien*. München: Wilhelm Fink Verlag, 2005. p. 99-119 e ERMEN, R. *Raffael Rheinsberg: Ich Such Nichts, Sondern ich Finde*. *Ruppichteroth, Kunstforum*, v. 140, p. 295-309, abr./jun. 1998. *Kunst und Literatur II*.

LETE: NECESSIDADE E RESISTÊNCIA

Benjamin reverte, portanto os valores tradicionais da seleção e da conservação. Ao invés da matéria que antes era considerada nobre e digna de ser conservada, ou seja, os documentos que recordavam as “grandes ações do Estado”, ele visou o lixo, os restos. Esta reversão é típica de todo projeto de desconstrução dos critérios arquivísticos que estavam na base do poder deposito. Mas pode-se pensar também a proposta benjaminiana como radicalmente crítica, ou seja, ela pode servir de base para um *projeto de reestruturação dos arquivos*. Não se trataria de simplesmente pôr de cabeça para baixo os critérios antigos, mas sim de implodi-los. De certo modo este projeto tem recebido ampla acolhida na pesquisa acadêmica das últimas décadas que, dentro da virada culturalista, justamente passou a levar em conta as vozes antes não ouvidas dos oprimidos e massacrados pela máquina do expansionismo capitalista. Vivemos uma era de revisionismo histórico. A questão, como vimos, é não permitir que esta escalada da memória seja instrumentalizada pelos novos discursos da propriedade e da identidade estanque. Outro desafio é a apropriação da própria indústria cultural que mesmo na Universidade transforma estes contra-discursos em *main-stream politically correct*¹⁸ da moda, esvaziados de suas cargas políticas explosivas.

Benjamin também estava consciente dos limites deste processo de arquivamento, ou seja, dos riscos da hiperamnésia. Em uma frase curta e seca de seu livro de fragmentos *Rua de mão única*, de 1928, ele anotou: *Überzeugen ist unfruchtbar*. Ou seja, desdobrando o conceito de *Überzeugen*, que pode funcionar como uma palavra-valise: *convencer é infecundo* ou *infrutífero*, mas também, *testemunhar demais é infecundo*; ou ainda, *super-gerar é infrutífero*.¹⁹ Não por acaso a avalanche de testemunhos que o século

¹⁸ Discurso dominante, politicamente correto.

¹⁹ BENJAMIN. W. *Gesammelte Schriften*. Edição Rolf Tiedemann e Herman Schweppenhäuser. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972. v. 4, Kleine Prosa. Baudelaire-Übertragungen, p. 87. Partindo de um estudo da *Orestéia*, de Ésquilo, analisei a relação entre uma determinada tradição do testemunho, próxima à cena da sala do tribunal, na sua relação com o “testemunho da masculinidade”, Cf. SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, n. 30, Guerra, império e revolução, p. 31-78, jun. 2005.

XX gerou com seu acúmulo de catástrofes provocadas pelo homem tem conduzido a reações defensivas entre os historiadores e teóricos da cultura. Para além dos positivistas, que negam qualquer valor de conhecimento aos testemunhos (e nem sequer aceitam que a história teria um teor político), mesmo entre os pensadores que tradicionalmente estão abertos para o fenómeno testemunhal constata-se hoje uma espécie de ressaca. No final de 2005, Beatriz Sarlo expressou bem este tipo de postura em seu livro de ensaios *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo*. Sua tese central é que a utopia revolucionária com suas idéias *recebe um tratamento injusto se a apresentamos apenas ou fundamentalmente como drama pós-moderno dos afetos*.²⁰ Esta tese é correta, mas evidentemente com ela não se trata de calar ou deixar de ouvir os testemunhos, antes trata-se de buscar uma dose correta entre os discursos da memória e os da história. Um discurso não deve sufocar o outro.

Mas o dito de Benjamin que condena o *Überzeugen* (ou seja, *ao mesmo tempo* o super-gerar e o super-testemunhar) também pode ser transposto para nosso universo virtual. A questão é como seleccionar. Ou ainda: como controlar a sede da *web*, como usar os *sites* de busca e como acessar — ou não — os documentos por eles listados. A *web* reproduz nossa estrutura mnemônica já descrita por Aristóteles como um misto de *memória* e *reminiscência*.²¹ No computador temos tanto os *hard-disks* correspondendo à memória, como também programas de busca internos ou externos (na *web*) ao nosso computador. Nestas buscas recordamos, *we recollect*, como se fala em inglês mais precisamente. Mas se no computador existe a tecla “deletar” (que significa jogar no rio Lete) e se, ainda por cima, existem programas especializados em apagar totalmente determinados documentos de nossos computadores, o mesmo não se pode dizer com relação às informações na nossa mente. Afora os problemas físicos causados por mutilações, acidentes ou pelo envelhecimento, ainda não inventaram uma *ars oblivionalis* efetiva. Segundo o semiólogo Umberto Eco, tal ciência

²⁰ SARLO, B. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. p. 91.

²¹ ARISTÓTELES. On memory and recollection. In: *On the Soul: Parva Naturalia: On Breath*. Tradução W.S. Hett. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1957. p. 285-313.

seria classificada como impossível, uma vez que ela seria uma tentativa de aplicar a “arte da memória” (a mnemotécnica) de modo negativo. Mas ocorre que a arte da memória é uma semiótica, ou seja, uma arte *capaz de tornar presente algo ausente*.²² Ao se presentificar o que se quer esquecer apenas o reiteramos. Não existiria uma arte do esquecimento. Como no exemplo da famosa anedota sobre Kant, que, ao querer se esquecer de seu criado Lampe, anotou em um bilhete posteriormente encontrado em seu espólio: *Tenho de esquecer completamente o nome Lampe*.²³ Dificilmente este método pode ter funcionado. Assim podemos dizer que indivíduos que sofrem de “memória demais” (uma das definições do traumatizado, segundo Freud), podem no máximo tentar diminuir o teor de maldade ou de tristeza de suas memórias. A terapia em certo sentido propõe isto: uma visada crítica sobre o passado que permita uma certa autonomia do sujeito com relação a ele. Ao invés de agir guiado cegamente por um passado não elaborado, o indivíduo deveria canalizar as energias do passado para uma ação libertadora no seu presente.

TRAUMA, NEGOCIONISMO E O RIO DA WEB

Os sobreviventes de situações-limite, como campos de concentração e de torturas, tendem a desenvolver uma relação ambígua com a memória destas experiências. Justamente pelo fato deles não terem podido propriamente experienciar estas vivências, as imagens deste passado tendem a marcar de modo patológico a vida destas pessoas. Elas se repetem, voltam sempre à mente, como Freud o notou, com relação às memórias de traumatizados de guerra. Este fato também pode ser descrito em termos de psicologia social, uma vez que ele pode ser detectado em sociedades pós-totalitárias ou que passaram por regimes autoritários. Para além das querelas entre os grupos dos antigos detentores do poder (e responsáveis pelas barbáries cometidas) e, por outro lado, o grupo das vítimas e dos que lhes são solidários, para além deste conflito

²² ECO, U. *An ars oblivionalis? Forget it!* PMLA, Londres, v. 103, n. 3, p. 254-261, 1988.

²³ WEINRICH, H. *Lethe: Kunst und Kritik des Vergessens*. München: C.H. Beck, 1997. p. 107.

existe um dilema interno ao grupo dos sobreviventes, que sofrem desta memória do mal. A anistia, que via de regra é decretada visando um pacto social e a reconstrução da normalidade, acaba por perpetuar a memória da dor na medida em que não permite que os processos jurídicos sanem, ao menos em parte, as injustiças e permitam um trabalho da memória do mal. O sobrevivente oscila entre a necessidade de narrar e a impossibilidade de esgotar com palavras suas vivências. Além disso, ele deseja com seu relato não apenas gerar memória (e, se possível justiça), mas também gerar o seu esquecimento: como Temístocles, o general ateniense exilado na África, que gostaria de aprender de Simônides de Céos não a arte da memória, mas sim a arte do esquecimento. Esta arte, como vimos, não existe. No máximo pode-se tentar sufocar uma memória negativa sob o peso de outras memórias, assim como mordemos os lábios ou nos beliscamos para não sentir a dor de uma injeção. Em Atenas, recorda Nicole Loraux, as tragédias deveriam (aristotelicamente) evitar tratar dos males *próximos* aos que a cidade vivia para evitar a comoção descontrolada dos cidadãos. Frinico teve de pagar uma multa de mil dracmas por feito uma peça sobre a tomada de Mileto, fato histórico ocorrido durante as guerras persas que marcou muito os gregos devido à sua brutalidade.²⁴

²⁴ LORAUX, N. De l'amnistie et de son contraire. In: YERUSHALMI, Y. H. et al. *Usages de l'oubli*. Paris: Seuil, 1988. p. 25. Loraux recorda também (p. 31) da anistia de 403 A.C. em Atenas que estabeleceu uma espécie paradoxal (e impossível) de "dever de esquecimento" (*me mnesikakeîn*, "é proibido recordar-se os males"), quando do fim da violenta oligarquia dos trinta. Ela explica que se na cultura grega temos inúmeras personagens representando a memória do mal, o desejo de vingança, enfim, toda uma galeria de personagens assombradas pelas Fúrias/Erínias e irmanadas a elas, por outro lado a política e seus decretos estavam do lado do esquecimento. A ausência de ressentimento era vista como uma grande virtude política, como lemos, entre outras obras, em *De cohibenda ira* de Plutarco. Plutarco elogia o fato de que no conflito entre Poseidon e Atena pelo controle de Atenas, o deus dos mares derrotado não guardou ressentimento, *amenitos*, para com a deusa. Os atenienses em agradecimento e esta clemência divina erigiram um altar a Lete, o esquecimento, no Erecteion. Altar ambíguo, eu acrescento, que ao homenagear o esquecimento, recorda a derrota que deveria ser esquecida. Ele na verdade comemora apenas a *ausência da memória do mal*, ou seja, do ressentimento. Devemos ter em conta a relação entre a noção clássica de esquecimento e a de superação do rancor (uma espécie de variante de perdão, mas que se dá

O perverso do negacionismo (tão discutido hoje em dia por conta dos negacionistas que negam a existência das câmaras de gás nazistas, mas que é típico das querelas em torno de qualquer memória do mal) está justamente em querer apagar o passado negando os fatos tremendos que as vítimas querem ao mesmo tempo narrar e se esquecer. Mas estes últimos querem se esquecer porque sofrem sob a sua sombra e não para apagar as atrocidades. Na cena do arquivamento e do apagamento do passado (e todo arquivamento implica seleção e, portanto, esquecimento mesmo que parcial de certos aspectos deste passado) o arconte, ou seja, o detentor da chave do arquivo, o que tem o *poder* sobre ele, deve ser pensado como aquele também que tem as chaves da porta da justiça. A justiça não é cega, apenas talvez o seja para as injustiças que sempre e inevitavelmente comete.²⁵ Apenas uma humanidade liberada poderia ter acesso integral à sua memória. Apenas esta sociedade estaria para além desta estrutura jurídica que fecha também as portas da memória. O arconte continua do lado dos detentores do poder. Seria ilusório pensar que a *web*, ao menos no estágio em que se encontra agora, representa uma verdadeira democratização do arquivo. Ela pode ser utilizada neste sentido, vide os blogs que pipocam aqui e ali sob estados autoritários, ou serve de respiro para inúmeros produtores criativos que não encontram espaço no mercado, mas ela ainda está longe de

em termos de uma troca ritual do esquecimento das rixas por uma coexistência pacificada). É interessante notar que ainda hoje existe uma maior tendência dos Estados no sentido de promover a reconciliação por meio do esquecimento e não tanto o reparo (jurídico ou não) dos males, como vemos no caso do Brasil pós-ditadura, mas não só. Quando processos ocorrem, como no caso da Alemanha pós terceiro Reich, eles são normalmente mais exemplares do que efetivamente restituídos de justiça. A justiça sempre fica relegada a um plano quase utópico.

²⁵ Com isto não nego a necessidade do jurídico, mas apenas aponto para a necessidade de sua crítica, tal como Benjamin indicou em seu ensaio de 1921, Cf. SELIGMANN-SILVA, M. Walter Benjamin: o estado de exceção entre o político e o estético. In: _____. (Org.). *Leituras de Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2007. p. 213-238. O jurídico, sobretudo graças aos dispositivos do testemunho e da confissão, para além de constituir um dispositivo de equilíbrio das demandas de justiça, abre espaço para uma narrativa do mal com seus efeitos terapêuticos, Cf. FELMAN, S. *The Juridical Unconscious: Trials and Traumas in the Twentieth Century*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2002.

verdadeiramente abalar o poder arcontico. Além disso, a *web* pode também funcionar como um Lete, o rio do esquecimento dentro da geografia mítica grega. Ela pode significar a ilusão da publicidade. O rio da *web* afoga a maior parte da informação a ela conectada ao invés de realmente a fazer circular.

Mas não podemos negar que o número de informações acessíveis na ponta de nossos dedos e sob o nosso nariz, na tela brilhante do computador, aumenta vertiginosamente a cada dia. Projetos mamute de digitalização de bibliotecas estão sendo levados adiante por amazons e googles. Se não podemos ir às bibliotecas, elas vêm a nós. Sem contar os milhões de outros tipos de informações, jornalísticas, musicais, cinematográficas, artísticas etc. que também estão on-line. O autêntico desejo de esquecimento do sobrevivente vai ao encontro agora de nosso desejo de também não nos afogarmos dentro do crescimento exponencial de informações que nosso mundo virtual permite. *Sofremos concomitantemente de hiper e de amnésia*. A memória demais leva também a um “apagamento” da informação por impossibilidade de metabolização da mesma. Como no Funes Memorioso de Borges, nossa super-memória ameaça nos enterrar na mediocridade. Por outro lado, podemos pensar que mais vale sofrer de informação demais do que de falta e de censura da informação. Passado o pânico do *bug* do milênio — que, destruindo nossos arquivos, prometia nos lançar nas trevas de uma nova idade média — só nos resta esperar que o *bug* não se dê em nossos computadores, que a cada par de meses tem sua capacidade de memória suplantada ou, muito pior, que este *bug* não ocorra diretamente dentro de nossas cabeças. Antes que isto aconteça podemos deletar alguns arquivos de nossos computadores: em nossas cabeças, sem uma *ars oblivionalis* à vista, só nos resta recorrer à arte do esquecimento contida na própria literatura e na arte... com toda a sua carga de memória. Os frínicos de hoje felizmente via de regra não são multados e devemos a eles boa parte do arquivamento vital e criativo de nossa época.

**TO DELETE THE ARCHIVES AND EFFACE THE PAST: ARS
OBLIVIONALIS BETWEEN NECESSITY AND RESISTENCE**

ABSTRACT

The work makes an analysis of the relationship between archiving and effacement. It tries to unfold the dialectics between to store and to hide, archiving and effacement, by showing how everything in memory is political. It recalls the relation between art of memory (the traditional classical mnemonics) and the archive principle, and also of several effacement techniques of the past. If for Umberto Eco it is impossible to speak about a specific technique of forgetting (*ars oblivionalis*), on the other hand, we can not deny that the State and the key keepers of the archives always try to make a selection of what should or not be archived and to delete what do not interest them. If amnesty (the official forgetfulness) can help to build a social pact after dictatorship and abuse of violence, it can also promote the continuity of the conflicts of the past. The work also presents the necessity to learn how to read the traces of the past as we can see in Freud's memory model.

KEYWORDS

Memory and forgetting. Archive and memory politics. Hypomnesia. Hypermnesia.



[Atentado ao jornal *Hora do Povo*. Rio de Janeiro, 1980].
(Fundo Voz da Unidade, [PNA], foto 2032, Arquivo
Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo.)